



BAHIA

Conselho de Organizações Sociais aprecia resolução sobre verbas rescisórias

Proposta estabelece mecanismos para a retenção de encargos trabalhistas e sociais nos contratos de gestão com Organizações Sociais



O Conselho de Gestão das Organizações Sociais (Congeos) apreciou uma proposta de Resolução para adoção de procedimento de provisionamento de encargos trabalhistas e sociais no âmbito do Programa Estadual de Organizações Sociais. Elaborada por um Grupo de trabalho composto por representantes da Secretaria da Administração (Saeb) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a proposta foi apresentada 69ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada ontem (14).

A minuta de resolução propõe que seja instituída a garantia ao pagamento de férias, 13º salário, INSS e multa do FGTS com a dedução do contrato e retenção, por meio de depósito

em conta bancária exclusiva, dos valores referentes a estes benefícios. Os recursos ficarão reservados em contas para garantir o pagamento exclusivamente desses direitos trabalhistas e sociais.

Os outros estados da federação possuem instrumentos de controle, mas não têm um regimento a exemplo da proposta baiana. “A resolução é inédita nos demais estados do país e contribui no aperfeiçoamento dos contratos de gestão, principalmente no que se refere ao zelo ao erário e na garantia dos direitos dos trabalhadores”, declarou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

Congeos tem a finalidade de planejar, coordenar, acompanhar e implantar as ações do Programa Estadual de Organizações Sociais (OS). O conselho é bipartite, composto por membros do Governo e da Sociedade Civil. As Organizações Sociais são entidades privadas, sem fins lucrativos, que possuem o objetivo de realizar atividades de interesse público por intermédio de celebração de parcerias com entes governamentais.

O Estado da Bahia tem parcerias com

Organizações Sociais, entidades formadas por representantes da sociedade civil e que atuam em atividades de interesse público em áreas diversas: Seguintos como da saúde, ação social, setor cultural, setor de tecnologia e inovação, dentre outros. Alguns exemplos são a Associação Obras Sociais Irmã Dulce (Aosid), que faz a gestão de Hospitais; Associação Amigos do Teatro Castro Alves (ATCA), que faz a gestão da Orquestra Sinfônica da Bahia; e a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (Cediter), que atua na área da economia solidária.

O Governo do Estado realiza os pagamentos às Organizações Sociais pelos serviços prestados nos contratos de gestão, incluindo os custos referentes às obrigações trabalhistas e sociais. Pela proposta de resolução, as Organizações Sociais são responsáveis pelo recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos recursos humanos vinculados ao contrato de gestão, devendo reservar separadamente

os valores correspondentes aos encargos relativos ao pagamento de férias, 13º salário dos trabalhadores em conformidade com a legislação trabalhista ou norma coletiva.

O novo regramento evita que Organizações Sociais, eventualmente, deixem de pagar os em cargos trabalhistas e sociais aos seus colaboradores. Além dos empregados terem seus direitos preservados, a proposta de resolução impede que o estado tenha que arcar com uma eventual despesa, pelo mecanismo da responsabilidade solidária, já que figura como contratante dos serviços.

Elaborada por equipes de Saeb e PGE, a proposta de resolução foi submetida aos conselheiros do Congeos para apreciação e possíveis colaborações. Após manifestação dos membros do Conselho, a proposta será publicada no Diário Oficial do Estado e passa a vigorar.

FONTE: SAEB.BA

17ª Conferência Nacional Dos Vigilantes

Campanha Salarial 2024

+30 ANOS
Lutando por direitos e dignidade

Dia 22 e 23 de setembro de 2023

*Quem não luta por seu direito,
não é digno dele!*

Realização: CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes

Filiada: UNI CUT

Apoio: Federações e Sindicatos de Vigilantes
SindesviDF - Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal

Lula e Biden lançam manifesto em defesa dos direitos do trabalhador

Governos do Brasil e EUA lançam um comunicado conjunto nesta quarta-feira (20), em que defendem a necessidade de promover o trabalho digno



Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Joe Biden, dos Estados Unidos, lançam nesta quarta-feira (20), em Nova York, o documento intitulado “Coalizão Global pelo Trabalho”, resultado de uma iniciativa inédita entre os dois países, que tem como objetivo promover o trabalho digno.

Brasil e EUA vão trabalhar em estreita colaboração com parceiros sindicais dos dois países e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os governos ainda pretendem envolver outros países e parceiros globais na iniciativa, e assim fomentar um desenvolvimento inclusivo,

sustentável e amplamente compartilhado com todos os trabalhadores e trabalhadoras, para garantir que o crescimento econômico não deixe ninguém para trás.

“É a primeira vez em mais de 500 anos da história do Brasil em que sentamos com o presidente da República americano, em igualdade de condições, para discutir um problema crônico, que é a questão da precarização do mundo do trabalho”, explicou o presidente Lula ao Portal do Governo Federal. Segundo ele, a iniciativa vai apontar para a sociedade e para a juventude a oportunidade

de alcançar um trabalho que permita viver dignamente.

Um trecho do documento diz que “os trabalhadores e os seus sindicatos lutaram pela proteção no local de trabalho, pela justiça na economia e pela democracia nas nossas sociedades – eles estão no centro das economias dinâmicas e do mundo saudável e sustentável que procuramos construir para os nossos filhos. Face aos complexos desafios globais, desde as alterações climáticas ao aumento dos níveis de pobreza e à desigualdade econômica, devemos colocar os trabalhadores no centro das nossas soluções políticas. Devemos apoiar os trabalhadores e capacitá-los para impulsionar a inovação que necessitamos urgentemente para garantir o nosso futuro”.

O presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre que acompanha Lula na viagem a Nova York, onde o líder governista participou da Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), estará no lançamento da plataforma global idealizada pelos dois presidentes para a promoção do trabalho decente.

Segundo o governo brasileiro, as atividades conjuntas dos dois países com os parceiros têm como objetivo:

» Ampliar o conhecimento público sobre os direitos trabalhistas e oferecer oportunidades para que os trabalhadores e trabalhadoras se capacitem para defender seus direitos

» Reforçar o papel central dos trabalhadores e trabalhadoras, garantindo que a transição para fontes limpas de energia proporcione oportunidades de bons empregos para todos e todas

» Em estreita colaboração com os nossos

parceiros globais, estabelecer uma agenda centrada em aumentar a importância dos trabalhadores e trabalhadoras em instituições multilaterais como o G20, a COP 28 e a COP 30

» Apoiar e coordenar programas de cooperação técnica relacionados ao trabalho

» Promover novos esforços para capacitar e proteger os direitos trabalhistas de trabalhadores e trabalhadoras nas plataformas digitais

» Envolver parceiros do setor privado em abordagens inovadoras para criar empregos dignos nas principais cadeias de produção, combater a discriminação nos locais de trabalho e promover a diversidade

1,2 milhão de empregos

A iniciativa tem como base a colaboração bem-sucedida há anos entre o Brasil e os Estados Unidos para promover a igualdade racial e a justiça, proteger o meio-ambiente e enfrentar a crise climática, fortalecer a democracia e promover os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras através de diálogos trabalhistas bilaterais. Com isso, o Brasil pretende fortalecer e expandir ainda mais cooperação bilateral existente sobre estas questões entre os dois países.

Essa nova parceria é perfeitamente compatível com o compromisso do presidente Lula com a geração de emprego e com os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, para induzir um desenvolvimento econômico e social, sustentável e equitativo. O governo federal valoriza o papel dos trabalhadores e dos sindicatos no fortalecimento da democracia.

Leia a íntegra do documento, que também foi divulgado em inglês!

“Declaração Conjunta Brasil-EUA sobre a Parceria pelo Direito dos Trabalhadores

Nossos governos afirmam o compromisso mútuo com os direitos dos trabalhadores e a promoção do trabalho digno.

Os trabalhadores construíram os nossos países – desde as nossas infraestruturas mais básicas e serviços críticos, à educação dos nossos jovens, ao cuidado dos nossos idosos, até as nossas tecnologias mais avançadas. Os trabalhadores e os seus sindicatos lutaram pela proteção no local de trabalho, pela justiça na economia e pela democracia nas nossas sociedades – eles estão no centro das economias dinâmicas e do mundo saudável e sustentável que procuramos construir para os nossos filhos.

Face aos complexos desafios globais, desde as alterações climáticas ao aumento dos níveis de pobreza e à desigualdade econômica, devemos colocar os trabalhadores no centro das nossas soluções políticas. Devemos apoiar os trabalhadores e capacitá-los para impulsionar a inovação que necessitamos urgentemente para garantir o nosso futuro.

Hoje, os Estados Unidos e o Brasil anunciam o lançamento da nossa iniciativa global conjunta para elevar o papel central e crítico que os trabalhadores desempenham num mundo sustentável, democrático, equitativo e pacífico. Já compartilhamos a compreensão e o compromisso de abordar questões críticas de desigualdade econômica, salvaguardar os direitos dos trabalhadores, abordar a discriminação em todas as suas formas e garantir uma transição justa para energias limpas.

A promoção do trabalho digno é fundamental para a consecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Também estamos preocupados e atentos aos efeitos no trabalho da digitalização das economias e do uso profissional da inteligência artificial no mundo do trabalho.

Com esta nova iniciativa, pretendemos expandir a nossa ambição e reforçar nossa parceria para enfrentar cinco dos desafios mais urgentes enfrentados pelos trabalhadores em todo o mundo:

(1) proteger os direitos dos trabalhadores, tal como descritos nas convenções fundamentais da OIT, capacitando os trabalhadores, acabando com exploração de trabalhadores, incluindo trabalho forçado e trabalho infantil;

(2) promoção do trabalho seguro, saudável e decente, e responsabilização no investimento público e privado;

(3) promover abordagens centradas nos trabalhadores para as transições digitais e de energia limpa;

(4) aproveitar a tecnologia para o benefício de todos; e

(5) combater a discriminação no local de trabalho, especialmente para mulheres, pessoas LGBTQI e grupos raciais e étnicos marginalizados.

Pretendemos trabalhar em colaboração entre os nossos governos e com os nossos parceiros sindicais para fazer avançar estas questões urgentes durante o próximo ano, vislumbrando uma agenda comum para discutir com outros países no G20 e na COP 28, COP 30 e além.

Saudamos o apoio e a participação dos líderes sindicais dos nossos países e das organizações globais, bem como da liderança da Organização Internacional do Trabalho, e esperamos que outros parceiros e aliados se juntem a este esforço. Juntos, podemos criar uma economia sustentável baseada na prosperidade compartilhada e no respeito pela dignidade e pelos direitos dos trabalhadores.”

Foto: Ricardo Stuckert

Fonte: Rosely Rocha com informações do Portal do Governo e G1

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF